

# O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO NA "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS PRODUTORES DA FEIRA-LIVRE DE CORAÇÃO DE JESUS", MG<sup>i</sup>

Ana Rosa Camillo Aguiar<sup>ii</sup>  
Ana Alice Vilas Boas<sup>iii</sup>  
Alexandre de Pádua Carrieri<sup>iv</sup>  
Edgar Alencar<sup>v</sup>

## RESUMO

O presente artigo analisa a experiência participativa de uma associação de pequenos produtores, no contexto do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), do Projeto Nordeste. A análise centrou-se nos aspectos de metodologia de participação, concepção da participação na visão do Estado e do grupo de agricultores envolvidos, observando os limites e perspectivas da experiência participativa. Tomaram-se por base as diferentes interpretações sobre a natureza e o contexto do processo de participação: sensibilização de indivíduos para contribuírem e responderem ao processo de desenvolvimento; inclusão das pessoas em todas as etapas de um programa de desenvolvimento; e participação enquanto fim e não como meio, o *empowering* ou ganho de poder pelos grupos. Conclui-se que a experiência participativa da Associação de Coração de Jesus teve como saldos positivos a aprendizagem do grupo nos seus conflitos pelo poder e a legitimação de uma categoria de trabalhadores (meeiros) como participantes do desenvolvimento econômico da região. Ao mesmo tempo gerou conflitos e contradições no seio do grupo dos agricultores, criando diferenciações internas de interesses.

**Palavras-chaves:** programa governamental, participação, associativismo.

## THE PARTICIPATIVE PROCESS IN THE "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS PRODUTORES DA FEIRA-LIVRE DE CORAÇÃO DE JESUS", MINAS GERAIS

### SUMMARY

The main purpose of this paper is to analyse a participative experience of a small farmers' association, in the context of the PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, of Projeto Nordeste. The study focused on aspects of participation methodology, the concept of participation in both the State's and the small farmers' view, regarding the limits and perspectives of the participative experience. Different interpretations concerning the nature and context of the participation process were considered. The conclusion was that the participative experience of the small farmers' association in Coração de Jesus, showed positive aspects, specially the apprenticeship of the group in power conflicts, as well as the legitimation of a producers' category (sharecroppers) as participants of the regional economical development. On the other hand, it also generated conflicts and contradictions among the producers in the group, creating internal differences.

**Key-words:** Governmental program, participation, association.

### 1 - INTRODUÇÃO

As estratégias de desenvolvimento para o Terceiro Mundo sempre pautaram-se na modernização do aparato produtivo da sociedade, via industria-

lização, capitalização e crescimento econômico.

A partir da década de 70, essas estratégias de desenvolvimento foram colocadas em questão. A emergência de movimentos sociais urbanos e rurais, o crescente desequilíbrio na distribuição de renda e as

diferenças na absorção dos encargos e benefícios do desenvolvimento pela população pressionaram no sentido de uma redefinição do modelo de desenvolvimento.

No Brasil, especialmente no Nordeste brasileiro, as distorções deste modelo apresentavam-se proeminentes. As interações do Estado, no sentido de sanar a miséria existente, mostravam-se desarticuladas e ineficientes frente à problemática daquela realidade. Atuavam no setor rural uma série de programas emergenciais ou específicos, como: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO), Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR), Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO), Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste (PIASS) e Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR). Desarticulados entre si estes programas apresentavam resultados insignificantes. Em 1981, o Banco Mundial preocupado com a "agricultura de pobreza", um imenso caldeirão em ebulição, prestes a explodir, propôs a criação do Programa Regional de Desenvolvimento Rural para Pequenos Produtores do Nordeste (Projeto Nordeste). Este projeto aglutinou todos os programas anteriores no sentido de uma intervenção global do Estado para "erradicar a pobreza absoluta no meio rural" (CHALOUT, 1984).

O programa principal do Projeto Nordeste e único implementado até o momento da realização da presente pesquisa foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). A região norte mineira faz parte da área de atuação do PAPP, que desde de 1985 vem implementando centenas de associações, conselhos de desenvolvimento comunitário em seus 42 municípios. A proposta de desenvolvimento rural do PAPP passava pela ação integrada de diversos órgãos públicos, como: Legião Brasileira de Assistência (LBA), Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETAS), Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas (SUDENOR), Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), etc., e o trabalho se baseava na organização de grupos comunitários, de forma que a população organizada pudesse ter acesso aos recursos e benefícios do programa. Estes recursos teriam a função de propiciar o aumento de renda destes pequenos produtores e, por fim, possibilitar sua inserção no processo de

desenvolvimento (LANDO & MARTINS, 1989).

Como instrumento principal de ação na implementação e execução do programa, a estratégia de participação posicionava-se como mola dinamizadora de todo o processo. Essa estratégia tinha como premissa básica a dialética negação/afirmação dos interesses dos pequenos produtores em nível de planejamento, execução e avaliação do programa, capacitação dos recursos humanos e processo global de organização. A participação passaria pela consulta do Estado, junto aos pequenos produtores quanto aos problemas existentes, ou seja, planejamento dos objetivos e das ações a serem executadas por parte do pequeno agricultor em confronto/consulta com os técnicos sobre o que fazer e que meios utilizar. O processo de organização estaria no modo participativo de descobrir e realizar o que se desejasse, chegando a uma vontade coletiva (CHALOUT, 1984).

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) atuava, então, junto a várias organizações de pequenos produtores no norte de Minas, entre elas a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Coração de Jesus.

Dentro deste contexto propôs-se uma análise da experiência participativa da associação de Coração de Jesus, tomando por base uma sistematização de sua história, feita por um dos autores, quando trabalhava como técnico do Centro de Agricultura Alternativa (CAA) (AGUIAR, 1989). O objetivo do presente estudo é a análise da experiência associativista no tocante à natureza e conteúdo do processo participativo.

Na primeira parte do presente artigo apresenta-se o referencial teórico-metodológico, enfocando-se a concepção de participação e os aspectos metodológicos da pesquisa desenvolvida. Num segundo momento, descrevem-se as várias etapas da história da organização da associação. Após, tomando-se por base a experiência descrita, realiza-se uma análise da participação dos agricultores, aprofundando-se na natureza e conteúdo da experiência em termos de quem participa, por que e como. E por fim, conclui-se o artigo com destaque dos limites e das perspectivas da experiência participativa.

## 2 - REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

### 2.1 - O Contexto da Participação

Já é conhecida a concepção do Estado, quando organiza os vultosos projetos de desenvolvi-

mento comunitário, de promover o poder econômico do pequeno agricultor, tornando-o apto para absorver o padrão tecnológico moderno, que o permitiria viver dentro do sistema econômico envolvente.

As experiências associativistas do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) têm como objetivo a inserção de pequenos agricultores no processo de desenvolvimento. A pequena produção sempre se constituiu em um setor marginalizado das políticas públicas, um problema/empecilho aos programas de desenvolvimento. A participação surge como forma de inclusão desse setor no desenvolvimento, como um meio para o sucesso das estratégias. Toma-se por base os seguintes pressupostos: a) a necessidade de inclusão do fator humano nas estratégias de desenvolvimento não como recipientes vazios, meros consumidores, mas como produtores e b) criação de oportunidade para a exploração de novos caminhos anteriormente fechados e não conhecidos, conjuntamente com os pequenos produtores, que tradicionalmente eram vistos como objetos do desenvolvimento (CHALOUT, 1984).

Tem-se uma visão crítica das estratégias de desenvolvimento anteriormente aplicadas, e o agricultor passa a ser visto como um sujeito com contradições, envolvido e subordinado em relações sociais e de produção estabelecidas e não como um objeto passivo da intervenção pública que se dispõe a modificá-lo (LANDO & MARTINS, 1989).

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor avança em relação a outros projetos anteriormente desenvolvidos no Nordeste brasileiro, à medida que se reconhece os problemas das estratégias anteriores e se propõe a superá-los com a participação, apoio, estímulo e reforço às organizações dos trabalhadores, propiciando a independência e a autonomia da decisão/ação.

Seriam canais de garantia à participação: o movimento sindical de trabalhadores rurais como principal interlocutor do setor público; a representação via eleição; o apoio às formas associativas de produção e comercialização; a ampla informação; a participação dos beneficiários em órgãos consultivos, deliberativos e administrativos; a participação dos produtores em todas as etapas do programa; a organização e participação dos técnicos e flexibilização do marco jurídico no sentido de favorecer a autonomia das organizações (LANDO & MARTINS, 1989). Estes canais institucionalizados visam à consecução dos objetivos de que a participação realmente se efetive na prática, visto que a teoria e a prática comumente se distanciam.

As estratégias de desenvolvimento anteriormente empregadas tinham como beneficiária uma elite

da população rural. A participação surge como uma forma de reverter esta situação, redistribuir oportunidades de participação no processo de desenvolvimento econômico social, em nível da decisão e implementação.

De acordo com OAKLEY & MARSDEN (1985) existe um consenso sobre a importância da participação para redistribuição dos benefícios do desenvolvimento. Porém existem várias interpretações sobre a natureza e o conteúdo do processo de participação. Pode-se aglutinar essas interpretações em três diferentes e conflituosos grupos:

- A participação como sensibilização das pessoas para contribuir e responderem a programas de desenvolvimento, como também o reforço às iniciativas locais.

Nesta interpretação, muitas vezes o que ocorre é um repasse de responsabilidades para suprir as deficiências de atuação do programa de desenvolvimento, assim como a sua legitimação, mantendo as pessoas afastadas do processo decisório.

- Participação considerada como inclusão das pessoas no processo de decisão-ação e na implementação de programas, sua participação nos benefícios e na avaliação dos programas de desenvolvimento via promoção da criação de organizações-associações de pessoas.

Nestes termos, participação pode ser sinônimo de informação e mobilização, já que as decisões básicas, em relação ao desenvolvimento, já foram tomadas e o Estado convida a população para endossar e colaborar no processo. A real participação nas decisões inexiste, já que os canais de participação não são suficientemente fortes para contrapor a estrutura de poder que age contrariamente à tal perspectiva; e o poder de voz e participação no processo de decisão/ação não é um fenômeno que automaticamente existiria somente pelo estabelecimento de organizações (OAKLEY & MARSDEN, 1985). Nesta concepção, participação passa pela formalização de organizações legais dentro de regras pré-estabelecidas. Participação é tida como um insumo manuseável. Tem-se, portanto, uma forma de participação passiva.

- Participação como *empowering* ou ganho de poder é vista como um fim e não como um meio, no qual a população busca o acesso e o controle dos recursos necessários à sua sobrevivência; pressupõe a luta pela distribuição de poder e recursos da sociedade. É basicamente um processo conflituoso que tem por base fatores econômicos, sociais e políticos que determinam a história da luta de classes na sociedade.

Participação passaria, desta forma, pela "liberação" de grupos historicamente oprimidos que

sairiam de uma posição de "cultura do silêncio" para coletivamente criarem um questionamento, análise e diagnóstico de seus problemas e formulação de cursos de ação para a superação destes. Isto seria um processo endógeno, autônomo, independente de direcionamentos externos.

Essas várias concepções de participação têm por base perspectivas ideológicas diferenciadas. A participação como um meio de se alcançar objetivos previamente estabelecidos de desenvolvimento baseia-se em uma visão reformista. Quando a participação objetiva o alcance de poder tem-se uma visão voltada para a mudança da estrutura econômico-social (OAKLEY & MARSDEN, 1985).

## 2.2 - Aspectos Metodológicos

Todas as informações sobre a experiência associativista e sobre o projeto Nordeste centram-se até o período em que foi realizada a pesquisa de campo (outubro e novembro de 1988).

Foram entrevistados por volta de 40% dos participantes da associação, ou seja, 15 agricultores pré-selecionados com base em critérios definidos, tais como: envolvimento nas diversas fases de sua organização, representantes das diversas categorias de trabalhadores (mceiros e proprietários) e papel de liderança ou não na associação. Foram também entrevistados agentes externos de organismos governamentais ou não governamentais (ONG) que estiveram envolvidos na organização da associação (Engenheiro Agrônomo do DNOCS, da EMATER local e educador de uma ONG regional).

Adotou-se, como procedimento para coleta de informações, a entrevista aberta, sem perguntas pré-determinadas e ordenação rígida, somente com um roteiro de apoio que buscava resgatar os diversos momentos da história da organização dos agricultores em torno da associação, procurando explicitar as questões de estrangulamento da experiência participativa.

Foi usado no estudo, de forma complementar, dados secundários obtidos em fontes oficiais e trabalhos científicos sobre as características do PAPP, Projeto Nordeste e da atuação de organismos de Estado junto às associações de produtores, assim como dados sobre a realidade econômica-social do município de Coração de Jesus.

A participação dos agricultores foi estudada tomando-se por base a descrição da história da Associação de Coração de Jesus contraposta à concepção de participação, sua natureza e conteúdo, ou

seja, uma análise centrada nos aspectos da metodologia de participação na visão do Estado e do grupo de agricultores envolvidos, observando os limites e perspectivas da experiência participativa.

## 3 - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS PRODUTORES DA FEIRA-LIVRE DE CORAÇÃO DE JESUS

A região norte de Minas Gerais possui 42 municípios, 120.701 km<sup>2</sup>, perfazendo 20% da área do Estado. Grande parte desta área foi povoada em decorrência da expansão da pecuária que, subindo o vale do São Francisco, ocupou a região. Este povoamento, que tinha a finalidade específica de exploração da pecuária extensiva, destinou imensas glebas indivisas a esta atividade. Ao seu lado, a pequena produção desenvolveu-se sustentando a população local. Os posseiros, sitiantes e pequenos produtores se instalaram, seguindo geralmente o curso das águas, no qual se concentram as faixas de terra de maior fertilidade. Com a utilização intensiva dos recursos naturais, esses pequenos agricultores deslocavam-se constantemente em busca de terras férteis.

No município de Coração de Jesus, esta realidade sobrepõe-se à grande propriedade em que somente 52 proprietários com mais de 1.000 hectares detêm 36% da área do município, contrastando com 1.216 pequenos proprietários com menos de 50 hectares, detendo 8% da área (CENSO, 1982).

Em 1722, a cidade já existia em forma de um arraial em volta de uma capela. Naquela época, os grandes senhores do sertão já delimitavam suas fazendas, onde alguns pequenos agricultores subsistiam na relação de colonato. Outros pequenos agricultores, nas margens dos córregos, riachos e rios, delimitavam também suas posses (BRASIL, 1982).

Existem, hoje, várias comunidades de pequenos agricultores no município. A comunidade de São Domingos é constituída de agregados e parceiros. Na verdade, "intitulada pelos de fora" como comunidade, é uma fazenda com a denominação de Tamanduá. Como este exemplo, existem vários outros, como: Ranchinho, Matula, Sumidouro, Jatobá, Jataí, Melancia, Freios, etc., que são todas "comunidades" em que a propriedade de terra pelo pequeno agricultor, a parceria e a agregagem se misturam.

As poucas terras, já cansadas dos pequenos agricultores, fazem com que sua maioria seja também parceiros dos grandes fazendeiros. Os velhos laços de "compadrio" com os fazendeiros, somados às relações estabelecidas de poder por quem possui a terra no

município, tornaram a maioria da população do município, os pequenos agricultores, altamente dependentes desse pequeno grupo de "senhores".

A paisagem monótona do município, de um cerrado com árvores tortuosas de cascas grossas e gretadas interrompidas de longe por árvore de porte mais ereto, sob um relevo plano, sem ondulações, contrasta com vários quilômetros de vegetação implantada: o reflorestamento de eucalipto. Implantados desde o final dos anos 60, sob incentivos do Governo Federal, maciços florestais tornam ainda mais monótona a paisagem da região. Os pequenos agricultores tornam-se trabalhadores assalariados em empresas reflorestadoras do município, como a PLANTAR, absorvedoras de mão-de-obra temporária. Obrigados a vender sua mão-de-obra em função de poucos proveitos resultantes de seu trabalho em suas pequenas glebas, esses encontram nas reflorestadoras um mercado absorvedor. Crianças, mulheres e homens deixam sua propriedade em troca de um salário monetário, ficando sua terra por até seis meses sem atividade produtiva. Conforme a SUDENE (RELATÓRIO, 1988), "é também a atividade de reflorestamento responsável pela desarticulação da produção de alimentos".

O Governo vem atuando, desde os anos 70, dentro deste contexto de grande instabilidade de pequena produção, sujeita às intempéries da disponibilidade ou não da terra. O município sempre foi fruto dos milagrosos programas de desenvolvimento e assistência aos "necessitados". O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) possui um escritório em Coração de Jesus, como executor do antigo Projeto Sertanejo, e é o órgão responsável pela perfuração de poços tubulares e construção de barragens para suprir de água as pequenas propriedades. O Banco do Brasil, também colaborador do Projeto Sertanejo e atualmente do PAPP, presta-se à liberação de crédito rural e assessoria jurídica na criação de associações. Atuam também pelo PAPP na região, como órgãos executores, a EMATER e a Companhia de Armazenagem do Estado de Minas Gerais (CAMIG).

O quadro geral do município, elaborado pelo DNOCS em 1982, colocava que apenas 5.600 hectares estavam destinados à produção agrícola, contrastando com 65.000 hectares para a criação de gado. Isto parece um indício de que a intervenção do Estado não colaborou muito para uma modificação do processo de desenvolvimento rural do município. Observa-se que essas intervenções têm tido um caráter meramente assistencialista, com a criação de associações, via projetos "produtivos", aglutinando agricultores para

que estes tenham acesso a seus benefícios; seus recursos parcos e demorados criam uma expectativa entre os produtores que materializa uma relação de dependência de recursos. Essa expectativa pelos benefícios dos projetos, ou seja, por máquinas para destoca e preparo de terrenos e/ou por sementes e insumos para plantio, várias vezes desorganiza a produção dos agricultores, especialmente quando ocorre atraso na liberação desses bens ou então não são todos beneficiados.

As associações são consideradas, pelos órgãos que as fomentam, uma forma de organização que funciona como instrumento para vencer a barreira do pequeno tamanho e as limitações empresariais individuais, viabilizando e acelerando o processo de modernização dos pequenos produtores rurais. Porém essas formas associativas têm sido impostas com pequena participação dos interessados, faltando projetos comuns de organização produtiva e econômica, levando a uma desarticulação das associações logo que os recursos se exaurem. As iniciativas governamentais propõem-se a viabilizar alguma atividade entre os produtores de baixa renda, tentando, de certa forma, minorar os problemas desses agricultores que vivem à margem do setor produtivo (RIBEIRO, 1988).

A associação comunitária de Feira-Livre de Coração de Jesus tem origem em uma oposição gerada pelo atual sistema econômico: o poder de quem detém a terra e a opressão dos que não a possuem. Composta por 52 associados, predominantemente meeiros, agregados e pequenos sítiantes, todos têm como história comum a pouca terra para plantar e conflitos com os fazendeiros da região.

Congregando agricultores das localidades de Ranchinho, Matula, Sumidouro, Freio, Jatobá, Jataí e Canabrava, a associação possui um espaço de venda dos produtos agrícolas em uma praça da cidade. Esses agricultores sempre levaram seu excedente de produção para vender na cidade e como não tinham espaço no mercado, eram obrigados a vender para intermediários por baixos preços. Alguns agricultores vendiam nas portas do mercado, no chão, para conseguirem uma renda maior.

Em 1976, a EMATER lançou no município a idéia do cooperativismo, que congregasse pequenos, médios e grandes agricultores. Criada a cooperativa agrícola de Coração de Jesus, vários pequenos agricultores se associaram, mesmo tendo os grupos interesses diferenciados. Como estes agricultores não conseguiram nenhum espaço para suas reivindicações, logo deixaram de participar da cooperativa.

A EMATER, observando o pequeno grupo de

agricultores que comercializava nas ruas, juntou-se à Prefeitura local, conseguindo bancas para comercialização na praça da cidade e institucionalizou a associação. Já em 1977-78, por questões políticas, a Prefeitura proibiu o movimento da Feira-Livre - "a prefeitura tinha medo de que os pequenos crescessem, criassem força política (...) o que não era bom naquele momento (...) haviam vários grupos de pressão (...)"<sup>vi</sup>.

Oficialmente a associação foi extinta, porém alguns agricultores imunes às pressões da prefeitura e órgãos continuaram a comercializar naquele espaço.

"Neste momento, lança-se nacionalmente o trabalho de desenvolvimento social junto aos necessitados, com a idéia de dar prosseguimento à parte social, ao homem, a partir de projetos produtivos, tentando promovê-lo para participar do mercado, se modernizar (...)"<sup>vii</sup>.

O DNOCS instalou-se na região norte mineira com dois núcleos regionais, um em Salinas e outro em Coração de Jesus, e ficou responsável pela criação de centenas de conselhos, associações, núcleos de pequenos produtores na região, com a incumbência de elaborar projetos de "desenvolvimento social". Em 1982, a EMATER e o DNOCS, através do Projeto Sertanejo, voltaram a fomentar a Associação de Feira-Livre e ela foi novamente institucionalizada. Os intermediários, inseguros com a nova concorrência que se formava, lançaram um abaixo-assinado para acabar com a feira. Do outro lado, os pequenos agricultores resguardaram-se, fazendo outro abaixo-assinado pela sua preservação. A Prefeitura interferiu, impedindo novamente o seu funcionamento. Porém a venda continuou sendo feita por aqueles agricultores mais insistentes que passaram a comercializar nas ruas e portas das casas para os fregueses mais seguros e antigos.

Em 1985, o DNOCS voltou, resgatando a história, as dificuldades do grupo de pequenos produtores e fomentando novamente a sua formalização. Com um pequeno grupo de agricultores, o DNOCS, com o apoio da Prefeitura regularizou a situação desses produtores como feirantes na cidade. Bancas, balanças, sementes e adubos foram colocados à disposição dos agricultores.

Nesse momento, a associação ganhou um caráter de interferência no processo produtivo, foi beneficiada pelo Projeto São Vicente com máquinas, tratores, sementes, implementos, adubos, projetos de destoca e arrendamento de terras. O Banco do Brasil incumbiu-se da legalização dos projetos e da administração financeira, a assistência técnica proveio da EMATER e a coordenação da associação por parte do DNOCS. "Teve boa vontade o prefeito, o juiz, a

polícia, o Banco do Brasil, a autoridade eclesial e a EMATER"<sup>viii</sup>.

Hoje, dos 52 associados, aproximadamente 40 participam de suas reuniões a cada primeiro sábado do mês, sob a coordenação do técnico do DNOCS. Desde 1986, as reuniões têm tido como pauta as demandas dos agricultores. A associação possui um fundo comunitário, em que cada associado contribui mensalmente com 1% do salário-mínimo. Este recurso destina-se à manutenção de um saldo base no banco para poderem receber algum recurso (compra de semente, adubos). O valor da contribuição geralmente é rebaixado no período das secas, quando os agricultores não têm condições de cobrir tal quantia.

O uso do trator na época do plantio obedece à ordem dos que não foram beneficiados anteriormente em áreas já destocadas. Abrange, no máximo, um terço dos associados, geralmente aqueles que lavram sua própria terra. Nas áreas de meia ou terça, os fazendeiros não permitem a entrada de máquinas. "Máquina não entra, é sinal que estão querendo demarcar terra (...). É reforma agrária (...)"<sup>ix</sup>.

Em casos de falta de terra para o plantio, a associação propõe contratos de arrendamento. Em 1987, sete associados fizeram um contrato de uso da terra por três anos. A destoca, o preparo da terra e as sementes foram de responsabilidade da associação; a madeira, o serviço e o carvão ficaram com o fazendeiro. Este contrato foi feito à terça, ou seja, o proprietário da terra ficaria com uma terça parte da produção e foi considerado muito ruim pelos associados. Foi realizado numa situação de emergência, pois os agricultores encontravam-se em uma situação em que precisavam da terra para o plantio, que se aproximava, e não encontravam quem a cedesse.

A estrutura fundiária do município tem reflexos na situação social dos associados e comumente repercute dentro da associação. Eles brigam porque os fazendeiros colocam gado na roça dos parceiros, não deixam plantar mais de um ano, não liberam carta de anuência, não os deixam fazer cerca na área plantada, etc. Orientada pelo técnico, a associação tenta buscar acordos, em que os trabalhadores ficam na posição de ceder sempre um pouco: "Os trabalhadores dependem dos fazendeiros e vice-versa. O espírito é unir as duas classes"<sup>x</sup>.

Segundo a avaliação do técnico responsável, os agricultores esperam muito do Estado, ficando na dependência dos órgãos governamentais e da prefeitura. Não apresentam um plano próprio de suas demandas, procurando, no que o Estado oferece, algo que lhes beneficie. Apresentam reivindicações ao Estado somente em momentos de emergência, quando cai uma

ponte, a chuva não vem ou o plantio está atrasado.

Sua organização demonstra-se nos trabalhos em mutirão entre os associados de uma mesma localidade, no transporte de produtos para a cidade e venda para companheiros que não podem estar presentes na feira. Nas manhãs de sábado, alguns agricultores saem a pé e outros de carroça, levando alimentos para a cidade. A partir das seis horas, são instaladas as bancas para venda dos excedentes das lavouras brancas: milho, feijão, mandioca; produtos de quintal: abóbora, chuchu, quiabo, tomate, melão, melancia, frutas, galinhas, porcos; e produtos caseiros, como: doces, rapaduras, polvilho, farinha, etc. De acordo com um associado: "cada um traz o que produz, um pouquinho, traz na cabeça, na carroça. Um traz para o outro em troca de um cigarro, uma pinga".

A venda dos produtos se dá com um valor 20% abaixo do mercado. Quase toda a produção consegue ser comercializada; o que sobra é trocado entre os agricultores ou vendido para os intermediários no mercado. A carne nem sempre é dos associados, foi estipulada a venda de seis capados por semana, qualquer agricultor que se interessa, paga uma taxa mínima à Prefeitura para vender o seu animal na feira, sendo o abate e a venda feitos por um grupo de associados responsável por esta tarefa. Existem dois intermediários que foram convidados pela Prefeitura para participar da feira, suprimindo o comércio com hortaliças que usualmente os associados não cultivam, como beterraba, cenoura, pimentão, pepino, etc.

Quando da entrada desses intermediários, alguns agricultores associados protestaram, tentando resguardar seu espaço de comercialização. Porém a Prefeitura e o técnico do DNOCS logo puseram "pano quente" na situação com a idéia de que, se eles quisessem manter uma freguesia, precisariam produzir aqueles produtos ou ceder o espaço para os intermediários.

Desta concepção provém hoje o maior conflito interno da associação. Começa a ocorrer uma diferenciação entre os agricultores que plantam em maior quantidade para subsistência, comercializando excedentes e seus produtos de quintal e os agricultores que produzem exclusivamente hortaliças. As demandas se chocam entre adubos, sementes de olerícolas ou destoca de áreas novas para o plantio de subsistência dos meeiros. Alguns agricultores, com o senso "cristão" de união, grupo, participação, balanceiam esses conflitos e seguram a estrutura da associação, independentemente da vinda ou não dos benefícios.

A ligação da associação com o sindicato de trabalhadores rurais inexistente. Quando começaram a criar a associação, o sindicato mostrou-se negativo.

Nessa ocasião, os agricultores não "viam muito respaldo" no sindicato, já que não conseguiam benefícios através dele. Numa posição defensiva, o movimento sindical posicionava-se contra este tipo de organização fomentada pelo Estado, com temor de que ela cooptasse lideranças pelo lado econômico de sua atuação. Com a nova política da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) de participar do Projeto Nordeste, legitimando sua existência e se reforçando para que o grande montante de verbas oriundas do PAPP chegasse às mãos do seu público-meta; a relação entre associados e sindicato não mudou. Os associados de feira-livre, por um lado, não abriram espaço para o sindicato e, por outro, o sindicato não foi suficientemente atuante para trazer esses agricultores para os seus quadros.

#### 4 - A PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO

O processo participativo, na experiência associativista, somente pode ser analisado via conhecimento de quem participa, em que termos, por que as pessoas são inseridas e como de fato participam.

##### 4.1 - Quem Participa?

A associação de Coração de Jesus é composta predominantemente de meeiros/parceiros, um reflexo da realidade do município na qual se encontram. O povoamento da região é relativamente antigo, data do século XVIII, conferindo ao município uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade pecuarista. O colonato, relação de trabalho anteriormente encontrada, ao se desfazer, gerou um grande número de assalariados rurais. São estes assalariados que hoje sobrevivem com o trabalho à meia nas grandes propriedades ou como simples assalariados das fazendas e das empresas de reflorestamento do município.

A tradição produtiva do grupo de agricultores da associação baseia-se na lavoura branca, isto é, no cultivo do arroz, feijão, milho e mandioca, que se destina ao auto-sustento da família, e da qual apenas um pequeno excedente é comercializado. Esta produção, desenvolvida na propriedade dos grandes senhores de terra da região, gera uma relação de subordinação desses agricultores aos fazendeiros, uma relação de poder consolidada via dependência pela necessidade da terra e laços de compadrio que se estabelecem.

#### 4.2 - Em que Termos Participa?

A associação de feira-livre surgiu de uma proposta de um órgão de Estado (EMATER) que, em 1976, seguindo as diretrizes nacionais de fomento ao cooperativismo, provocou a institucionalização da feira-livre, juntamente com a prefeitura local, como um espaço de comercialização dos produtos dos meeiros.

De 1976 a 1988, a organização desse grupo de produtores é provocada e esfacelada seguidamente, via intervenção de organismos públicos. Em 1988, institucionalizada como Associação de Desenvolvimento Comunitário, passou a participar do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, vindo a cumprir a dupla função, a de resguardar um espaço de inserção de um grupo historicamente marginalizado, os meeiros, na economia da região e a de manter um grupo de produtores cooptados pelo Estado, via concessão de benefícios de forma clientelista.

Ao participar do PAPP essa associação sofre intervenção de uma gama de organismos públicos, que "roubam" sua perspectiva de organização autônoma. O DNOCS, diretamente responsável por todas as atividades desenvolvidas, "coordena" a associação, dessa.

#### 4.3 - Por que as Pessoas são Inseridas?

Na perspectiva do DNOCS e de outros órgãos de Estado, a associação é vista como um instrumento de viabilização da inserção econômica de pequenos agricultores no processo de desenvolvimento corrente. Busca-se a modernização do processo produtivo dos meeiros, assim como a mudança de visão de mundo do grupo em prol da modernidade e da eficiência econômica.

Na perspectiva do grupo envolvido, a associação representa a possibilidade de sobrevivência e auto-sustentação a médio prazo, tanto pela possibilidade de inserir seus produtos no mercado com melhores ganhos, como pela possibilidade de vir a usufruir de pequenos benefícios oriundos do PAPP.

#### 4.4 - Como de Fato Participam?

As diferentes perspectivas do grupo de pequenos agricultores e dos órgãos de Estado geram um processo, por vezes, conflituoso. A ação do agente externo parte do pressuposto que o agricultor tem que ser transformado, a sua intervenção vem como uma forma de identificar os problemas, informar e conduzir

o processo de solução destes. Estudos têm questionado esta forma de intervenção, chamando-a de antieducativa ou tutorial, o agente externo teria o papel ativo de introduzir "idéias" previamente estabelecidas, e a população alvo teria o papel passivo de executar as "ações" prescritas (ALENCAR, 1990).

Essa forma de ação tutorial tem como resultado uma dependência do grupo frente ao agente externo, já que o grupo não desenvolve de forma autônoma a capacidade de resolver seus próprios problemas, assim como também reforça os traços de dependência já consolidados como a patronagem e o clientelismo.

Segundo o técnico do DNOCS, "os trabalhadores dependem dos fazendeiros e vice-versa; o espírito é unir as duas classes". É com esta concepção de mundo, uma fantasia da harmonia social e de uma sociedade apolítica, que o agente externo traça sua forma de intervenção, reforçando a estrutura social existente. Os conflitos que surgem, no decorrer da história do grupo são sempre "solucionados" tendo por base essa concepção.

Reforçando a "cultura do silêncio" em que os agricultores são subjugados e oprimidos, sem que se criem oportunidades de libertação, atuam conjuntamente a prefeitura local, a EMATER, o Banco do Brasil e o DNOCS. "Teve boa vontade o prefeito, o juiz, a polícia, o Banco do Brasil, a autoridade eclesial e a EMATER"<sup>xi</sup>.

A intervenção do agente externo, no sentido de promover o poder econômico do pequeno agricultor, tornando-o apto a absorver o padrão tecnológico moderno, não se constitui em um processo fácil, simples e sem problemas. À medida que o espaço de feira-livre se consolida e que as possibilidades de conseguir recursos/benefícios (trator, sementes, adubos, etc.), através do PAPP, se fortalece, alguns conflitos começam a surgir no seio do grupo. Alguns agricultores mais voltados para o mercado fortalecido dispõem-se à produção de gêneros mais dinâmicos, com dedicação exclusiva a hortigranjeiros, enquanto parte do grupo continua com uma postura para a manutenção de sua lógica produtiva inicial: produção de lavoura branca e comercialização dos excedentes desta e de pomar.

A "modernização" da lógica dos agricultores, pela preocupação maior com relação à forma de sua inserção no mercado de produtos e insumos, é um processo conflituoso que quebra a unidade do grupo, dividindo-o em agricultores "abertos à inovação" e agricultores "tradicionais", segundo a concepção intervencionista. A unidade do grupo subsiste num vai-e-vem em que, em determinados momentos, um grupo

tem acesso aos benefícios institucionais da associação e, em outros, outro grupo consegue predominar fazendo valer seus interesses.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O saldo da experiência associativa do grupo de meeiros de Coração de Jesus se dá pelo pequeno aprendizado do grupo nos seus conflitos pelo poder, dentro da associação e na estrutura social do município. Legitima a existência de uma categoria de trabalhadores (meeiros) como participantes do desenvolvimento econômico da região.

As classes dominantes, representadas pelo Estado (prefeituras, órgãos governamentais, bancos), têm na associação uma forma de cooptação política desses agricultores. Estes parceiros, que são expoentes das contradições sociais geradas pelas relações entre o capital e a classe proprietária da terra, passam a fazer parte da cadeia de produção capitalista. A ideologização desta proposta participativa tem seu ponto alto quando esse grupo de agricultores começa a se diferenciar entre produtores rurais de subsistência e produtores de hortaliças, ou entre os que começam a se inserir na dinâmica de mercado e os que resguardam o espaço enquanto produtores de subsistência.

Dessa forma, a proposta participativa alcança seus objetivos de mobilização de agricultores para a

participação no processo de desenvolvimento vigente. Um processo que tem por base ações/decisões e diagnósticos da realidade, os quais esses agricultores não tiveram poder e oportunidades de participar. Os agricultores são convidados somente a implementá-lo, legitimando, portanto, a sua existência.

A participação enquanto um fim, no sentido da obtenção de poder *empowering* do grupo de agricultores, só existirá quando: a) esses indivíduos coletivamente superarem seu estado de alienação e subjugação, tomando uma atitude crítica frente à realidade em que vivem e criando formas autônomas para a sua superação e b) quando a associação revestir-se de um caráter político de contestação às propostas que lhe são impostas pelo Estado, visando a cooptação desses segmentos e assumir uma proposta de transformação da estrutura econômico- social.

## NOTAS

<sup>1</sup>Recebido em 27/10/92. Liberado para publicação em 26/03/93.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, MS em Administração e Desenvolvimento Rural pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

<sup>3</sup>Administradora Rural, MS, Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

<sup>4</sup>Zootecnista, MS em Administração e Desenvolvimento Rural pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

<sup>5</sup>Sociólogo, Dr., Professor Adjunto da Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

<sup>6</sup>Depoimento do técnico do DNOCS, que acompanha a associação.

<sup>7</sup>Depoimento do técnico do DNOCS.

<sup>8</sup>Depoimento de um associado.

<sup>9</sup>Depoimento de um associado sobre a postura dos fazendeiros.

<sup>10</sup>Depoimento do técnico do DNOCS.

<sup>11</sup>Depoimento de um associado.

## LITERATURA CITADA

AGUIAR, Ana R.C. **Sistematização de tecnologias alternativas**. Montes Claros, CAA, 1989. 204p. mimeo.

ALENCAR, Edgard. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. **Caderno Administração Rural**, Lavras **2** (1):23-44, jan./jun. 1990.

BRASIL, Ministério da Viação e Obras Públicas. DNOCS. **Caracterização sócio-econômica do município de Coração de Jesus**. s.l.p., SUDENE, 1982. mimeo.

CENSO AGROPECUÁRIO - MINAS GERAIS, 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.

CHALOUT, Yves. Uma política de legitimação do estado e a rearticulação da pequena produção rural: o projeto Nordeste. **Revista Raízes**, Campina Grande, **4** (4/5): 61-99, jan./dez. 1984.

LANDO, Aldair M. & MARTINS, Vera L.A.B. Os limites da participação dos trabalhadores rurais no projeto Nordeste: a experiência de Minas Gerais. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, **4** (1): 16-41, jan./abr., 1989.

OAKLEY, Peter & MARSDEN, David. **Approaches to participation in rural development**. Geneva, ILV, 1985, 91p.

RELATÓRIO SOBRE O PROJETO NORDESTE. Recife, SUDENE, 1988. mimeo.

RIBEIRO, Eduardo. **Metodologia de trabalho no campo**. Montes Claros, s. ed., 1988. 55p. mimeo.